

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.922 - RS (2018/0321447-0)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
**PROCURADORES** : CLAUDIO HIRAN ALVES DUARTE - RS027254  
ARMANDO JOSÉ DA COSTA DOMINGUES - RS028626  
MARIA ANGÉLICA FREITAS DA SILVA - RS014751  
MÁRCIO MOURA LAMEIRA - RS037340  
ANDRÉA MARIA DA SILVA CORRÊA - RS043670

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, em 16/07/2018, por meio do qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO. DESNECESSIDADE DE NOVO LANÇAMENTO.

1. A sub-rogação dos 'créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens' a que se refere o artigo 130 do CTN ocorre de maneira automática, não se exigindo a realização de novo lançamento contra o adquirente do bem.

2. A imunidade tributária recíproca não afasta a responsabilidade tributária por sucessão, na hipótese em que o sujeito passivo era contribuinte regular do tributo devido, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, sob o regime de repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 599.176" (fl. 401e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 428/433e).

No Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação ao disposto nos arts. 1.022 do CPC, 41 da Lei 6.830/80 e 145 do CTN.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"Como se disse, o IFRS não foi notificado deste lançamento fiscal, tendo havido apenas o redirecionamento da execução para a autarquia, o que determina a NULIDADE DO LANÇAMENTO. Inexistente a notificação, conclui-se que não foi assegurada a

oportunidade de defesa à Autarquia, que teria expendido suas razões perante a instância administrativa municipal.

De qualquer sorte, isso acarreta, consequentemente e de acordo com as reiteradas decisões dos tribunais, a nulidade do processo administrativo fiscal, por ferir o princípio constitucional do devido processo legal, assegurado pelo inciso LIV do art. 5º da Constituição da República de 1988:

(...)

Em verdade, é essencial a notificação do lançamento ao virtual sujeito passivo da obrigação tributária, inclusive para que o ato produza seus efeitos jurídicos, dentre os quais, o de conferir exigibilidade ao crédito tributário respectivo. E, gize-se, tal notificação deve ser pessoal, no caso, na pessoa do representante legal da Autarquia" (fls. 455/456e).

Requer-se, por fim, "a Vossas Excelências que conheçam e dêem provimento ao presente Recurso Especial, para anular ou reformar o v. acórdão regional" (fl. 463e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fl. 472e).

O presente recurso merece prosperar.

Afirmou-se, no acórdão recorrido, que seria desnecessária a realização de novo lançamento tributário, no caso de transferência da propriedade do imóvel, cuja cobrança de IPTU dera origem ao ajuizamento de execução fiscal, porque, na hipótese, haveria apenas redirecionamento da execução, em face do novo proprietário, nos termos do art. 130 do CTN.

Ocorre que tal entendimento contraria jurisprudência consolidada neste STJ, a qual determina a impossibilidade, em tais casos, do referido redirecionamento, uma vez que demandaria a emenda da CDA, em um de seus elementos fundamentais, a saber, o sujeito passivo da obrigação tributária.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes ilustrativos:

**"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. SÚMULA 392/STJ. REDIRECIONAMENTO DO FEITO EXECUTÓRIO PARA O ATUAL PROPRIETÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. NULIDADE DA CDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

**1. A teor da Súmula 392/STJ: 'A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução',**

**ainda que em decorrência de sucessão tributária focada no art. 130 do CTN.**

**Precedentes:** AgRg no AREsp 131.469/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 02/05/2012; REsp 880.724/BA, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 25/02/2008.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 551.384/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2014).

**"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. INCLUSÃO DE NOVOS PROPRIETÁRIOS. SUB-ROGAÇÃO DO TRIBUTO AOS ADQUIRENTES. ART. 130 DO CTN. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CDA.**

1. A Corte de origem não analisou, sequer implicitamente, o art. 130 do CTN, que dispõe sobre a sub-rogação dos créditos tributários referentes ao direito de propriedade aos novos adquirentes. O Tribunal de origem apenas entendeu pela impossibilidade de substituição da CDA para alteração do sujeito passivo, visto não configurar, referido ato, erro material ou formal do título.

2. 'Ad argumentandum', ainda que se admitisse o prequestionamento implícito da tese, em caso análogo, **no julgamento do REsp 880.724/BA, Rel. Min. Luiz Fux, esta Corte reiterou a inviabilidade de emenda ou substituição da Certidão de Dívida Ativa quando ensejar a alteração do sujeito passivo da obrigação tributária, ainda que em decorrência de sucessão tributária focada no art. 130 do CTN.**

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 131.469/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a julgar procedentes os Embargos à Execução Fiscal.

Fixo honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, §§ 2º e 3º, I a V, c/c § 4º, do CPC/2015, a serem apurados em execução de sentença. Custas e despesas **ex lege**.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

